

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.243 - MG (2019/0297040-0)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE : CAROLINE LACERDA DINIZ VIEIRA**  
**ADVOGADO : CAROLINE LACERDA DINIZ VIEIRA - MG168887**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PACIENTE : ABNER LACERDA DINIZ VIEIRA**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ABNER LACERDA DINIZ VIEIRA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - Agravo em Execução Penal n. 1.0245.16.005094-5/001.

Consta dos autos que o paciente requereu ao Juízo da execução a remição de sua pena em razão da produção de 37 resenhas de obras literárias e a realização de diversos cursos profissionalizantes à distância, pleito que foi indeferido.

Inconformada, a defesa do paciente interpôs recurso de agravo em execução perante Corte de origem, a qual negou provimento ao recurso.

No presente *writ*, sustenta o impetrante que o paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal, porquanto a remição é amparada pelo art. 126 da Lei de Execução Penal que prevê o direito do condenado, em regime fechado ou semiaberto, remir parte de sua pena pelo estudo.

Afirma que a leitura e os cursos realizados devem ser considerados aptos à remição, devendo incidir o acréscimo de 1/3 previsto no art. 126, § 5.º, da LEP.

Requer a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para que seja reconhecido o direito da remição da pena ao apenado.

É o relatório.

A princípio, o pedido deduzido na inicial não comporta conhecimento na via eleita, já que formulado em flagrante desrespeito ao sistema recursal vigente no âmbito do Direito Processual Penal pátrio.

Contudo, no momento processual devido, o constrangimento apontado na inicial será analisado a fim de que se verifique a possibilidade de atuação de ofício por este Superior Tribunal de Justiça caso se constate a existência de flagrante ilegalidade, o que, ao menos em um juízo perfunctório, não se verifica.

Isso porque, não obstante os relevantes argumentos expostos na insurgência, é inviável acolher-se a requerida tutela de urgência deduzida na inicial, porquanto a fundamentação que dá suporte à postulação liminar é idêntica à que dá amparo ao pleito final, isto é, confunde-se com o mérito do *writ*, o qual exige exame mais detalhado das razões declinadas e da documentação que o acompanha, análise que se dará devida e oportunamente quando do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

*AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.*

*1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental*

# Superior Tribunal de Justiça

*contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.*

**2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.**

**3. Agravo interno não conhecido.**

(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)

Ante o exposto, **indefere-se a liminar.**

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal. Publique-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Relator